



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
CENTRO DE FORMAÇÃO INTERDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE, MEIO
AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA AMAZÔNIA**

BRENDA RÚBIA GONÇALVES DE SOUZA

**A POTENCIALIDADE DO MANEJO FLORESTAL
COMUNITÁRIO MADEIREIRO NA COMUNIDADE SANTA
RITA DE CÁSSIA NO PROJETO DE ASSENTAMENTO
MOJÚ/PA**

**Santarém – PA
Março/2013**

BRENDA RÚBIA GONÇALVES DE SOUZA

**A POTENCIALIDADE DO MANEJO FLORESTAL
COMUNITÁRIO MADEIREIRO NA COMUNIDADE SANTA
RITA DE CÁSSIA NO PROJETO DE ASSENTAMENTO
MOJÚ/PA**

Monografia apresentada ao Centro de Formação Interdisciplinar – CFI, da Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA como requisito parcial à obtenção do título de especialista em Sociedade, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável na Amazônia.

Profa.: M. Sc. Andréa Leão.

**Santarém – PA
Março/2013**

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Gestão da Informação – SIGI/UFOPA**

S726p Souza, Brenda Rúbia Gonçalves de
A potencialidade do manejo florestal comunitário madeireiro na comunidade Santa Rita de Cássia no Projeto de Assentamento Moju/PA /
Ândrea Colares. – Santarém, 2013.
44 f.: il.
Inclui bibliografias.

Orientadora Andréa Simone Rente Leão.
Monografia (Especialização) – Universidade Federal do Oeste do Pará,
Curso de Especialização em Sociedade, Meio Ambiente e Desenvolvimento
Sustentável na Amazônia. Santarém, 2013.

1. Floresta - Administração. 2. Manejo florestal comunitário. 3.
Desenvolvimento sustentável. 4. Santa Rita de Cássia, comunidade (PA). I.
Leão, Andréa Simone Rente, *orient.* II. Título.

CDD: 23 ed. 634.92098115

BRENDA RÚBIA GONÇALVES DE SOUZA

**A POTENCIALIDADE DO MANEJO FLORESTAL
COMUNITÁRIO MADEIREIRO NA COMUNIDADE SANTA
RITA DE CÁSSIA NO PROJETO DE ASSENTAMENTO
MOJÚ/PA**

Monografia submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Especialista**, no Curso de Especialização em Sociedade, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável na Amazônia, no eixo temático Desenvolvimento, Políticas Públicas e Sustentabilidade na Amazônia, no Centro de Formação Interdisciplinar, da Universidade Federal do Oeste do Pará.

MONOGRAFIA APROVADA EM -----/-----/----- (Data da defesa)

Andréa Simone Rente Leão. M. Sc. CFI/UFFOPA
(Orientadora)

Professor. Titulação. Unidade
(Avaliador 1)

Professor. Titulação. Unidade
(Avaliador 2)

AGRADECIMENTOS

Uma das coisas que aprendi na vida foi que nenhuma vitória se alcança sozinho, sempre temos pessoas que em algum momento e modo nos ajudaram, e nessa fase de qualificação profissional e também pessoal não poderia ser diferente, há um leque de pessoas essenciais que fazem parte de minha trajetória e que me deram todo apoio e força para caminhar nessa jornada com êxito, como minha mãe e meu irmão que sempre estiveram do meu lado desde o início de minha caminhada como os primeiros passos na escola ainda quando criança, com certeza meus amores nas alegrias e tristezas.

Ao meu marido Rider que me incentivou a participar do processo seletivo e fornecendo ânimo em todo o curso, sendo amigo, companheiro e também um excelente colega de classe.

Aos meus filhos Junior e Maria Clara que são e serão sempre minhas maiores fontes de energia e razão de viver.

Aos meus colegas de trabalho que somaram esforços para obtenção de dados para subsídios na elaboração e concretizaram deste trabalho.

Aos colegas de turma SMDA/2011 que se tornaram amigos e incentivadores uns aos outros nessa caminhada.

Aos professores que enriqueceram meu conhecimento e formação acadêmica, profissional e pessoal.

À orientadora professora Andrea Leão um MUITO OBRIGADO ESPECIAL por toda paciência e dom de orientação que com certeza foi essencial para a produção desta monografia.

E claro nada aconteceria sem nosso Deus e mãezinha protetora Nossa Senhora de Nazaré que me iluminaram e guiaram nessa jornada tão importante e necessária, dando-me forças em momentos onde pensava em não ter mais.

Sonho que se sonha só é sonho,
sonho que sonha junto é realidade.

Raul Seixas

RESUMO

O Manejo Florestal é uma atividade que visa utilizar os recursos de maneira racional com técnicas adequadas. Baseadas em normativas vigentes, e divididas em categorias, entre elas o Manejo Florestal Comunitário e Familiar (MFCF) que é a gestão dos recursos florestais madeiros e não madeiros realizados por uma comunidade ou grupo de pessoas ou ainda por um grupo familiar. Essa ação propicia uma melhoria de qualidade de vida aos envolvidos gerando renda, perpetuidade dos recursos naturais da área. Esse trabalho tem como objetivo analisar o potencial do Manejo Florestal Comunitário (MFC) Madeireiro na comunidade de Santa Rita de Cássia no Projeto de Assentamento Mojú/Placas/Pa. A metodologia utilizada foi bibliográfica, documental e descritiva. Observou-se que a referida comunidade tem potencial para implantação e execução do MFC. De acordo com os dados analisados, pode-se perceber que há área significativa para implantação da atividade, assim como a maioria dos assentados e assentadas da comunidade encontrarem-se aptos a realização do MFC. Para tanto, do ponto de vista social, o fortalecimento da associação e da comunidade são preponderantes para a eficácia do processo.

Palavras chaves: Atividade florestal; Br 163; Assentamentos rurais

ABSTRACT

The Forest Management is an activity that aims to use the resources rationally and based on proper techniques with existing regulations and further divided into categories, including the Family and Community Forest Management (MFCF) which is the management of forest resources timbers and non-timber performed by a community or group of people or by a family group. This action provides a better quality of life for those involved generating income, perpetuity of natural resources in the area. This study aims to analyze the potential of Community Forest Management (MFC) Timber in the community of Santa Rita in Settlement Project Mojú / Boards / Pa. The methodology used was the literature, documentary and descriptive. It was observed that this community has potential for deployment and execution of MFC. According to the data analyzed, it can be seen that there is significant area of activity for deployment, as well as most of the settlers and the settled community find themselves capable of carrying out the MFC. Therefore, the social point of view, strengthening the association and the community are crucial to the effectiveness of the process.

Keywords: Forestry, BR 163; The rural settlement.

LISTA DE SIGLAS

APAT	Autorização Prévia à Análise de Manejo Florestal Sustentável
APP'S	Áreas de Preservação Permanentes
APROSARC	Associação dos Produtores Rurais de Santa Rita de Cássia
BASA	Banco da Amazônia
CAR	Cadastro Ambiental Rural
CEPROF – PARÁ	Cadastro de Consumidores de Produtos Florestais
CGFLOP	Comissão de Gestão de Florestas Públicas
CMMAD	Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
CONAFLOP	Comissão Nacional das Florestas
CONAMA	Conselho Nacional de Meio Ambiente
COOPVAG	Cooperativa de Profissionais Liberais do Vale do Araguaia
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EIR	Estudo de Impacto Reduzido
FEP	Floresta em Pé
FSC	Forest Stewardship Council
G-7	Grupo dos Sete países industrializados
GT – MFCF	Grupo de Trabalho de Manejo Florestal Comunitário e Familiar
GPS	Sistema de Posicionamento Global
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IEB	Instituto Internacional de Educação do Brasil
IMAZON	Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia
IN	Instrução Normativa
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPA	Instituto de Pesquisa da Amazônia
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
INSS	Instituto Nacional de Serviço Social
IPAM	Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia
ITR	Imposto Territorial Rural
MFCF	Manejo Florestal Comunitário e Familiar

MFS	Manejo Florestal Sustentável
MDA	Ministério de Desenvolvimento Agrário
MMA	Ministério de Meio Ambiente
ONG	Organização Não Governamental
PA Mojú I & II	Projeto de Assentamento Mojú I & II
PDA	Plano de Desenvolvimento do Assentamento
PDS	Projeto de Desenvolvimento Sustentável
PMFS	Plano de Manejo Florestal Sustentável
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
PPG-7	Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil
POA	Plano de Operação Anual
PRODES	Programa de Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite
ProManejo	Projeto de Apoio de Manejo Florestal Sustentável da Amazônia
PRONAF	Programa Nacional da Agricultura Familiar
RB	Relação de Beneficiários do Assentamento
REDD	Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal
SEMA-PARÁ	Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Pará
SIPRA	Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária
SISFLORA-PARÁ	Sistema de Comercialização e Transporte de Produtos Florestais
SISNAMA	Sistema Nacional do Meio Ambiente
SR – 30	Superintendência Regional 30
UNFF	Fórum das Nações Unidas sobre as Florestas
UPA	Unidade de Produção Anual
ZEE	Zoneamento Ecológico Econômico

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. MANEJO FLORESTAL COMUNITÁRIO E FAMILIAR NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA AMAZÔNIA	15
1.1. Manejo Florestal Madeireiro: um conceito, um projeto	15
1.2. Manejo Florestal Madeireiro Comunitário	20
1.3. Manejo Florestal Madeireiro: uma atividade produtiva sustentável	23
2. PROJETO DE ASSENTAMENTO MOJÚ I & II/PA	26
2.1. Caracterização do PA Mojú I & II	26
2.2. Caracterização da comunidade de estudo: Santa Rita de Cássia	32
3. ANÁLISE DO POTENCIAL DO MANEJO FLORESTAL SUSTENTÁVEL COMUNITÁRIO	37
CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
REFERÊNCIAS	41

INTRODUÇÃO

Desde os primórdios a utilização dos recursos naturais é essencial para nossa sobrevivência. Mas com o passar dos anos essa ação antrópica foi alterando o meio em que se vive, e muitas dessas transformações foram levando à extinção de várias espécies do meio natural tanto da fauna como da flora, além dos recursos hídricos e minerais. Foi pensando em tal situação que se iniciou uma série de debates relacionados ao desenvolvimento, quanto a conceito, objetivos e caminhos seguidos e a serem planejados. Essas discussões em conferências, seminários ou eventos afins tinham como foco a preocupação em conciliar questões ambientais, econômicas, sociais e políticas com os anseios de gerações atuais e futuras.

Os recursos florestais encontram-se como um dos mais importantes nesta discussão, visto que a matéria prima madeireira e a não madeireira possuem um mercado forte e crescente. Historicamente a atividade florestal foi intensificada e, paralelo a isso, grandes mudanças foram ocasionadas a exemplo do que se percebe na região Amazônica. Mas, essas práticas de exploração madeireira na Amazônia podem ser caracterizadas como “garimpagem florestal” e não como atividades marginalizadas e grandes degradadoras ambientais, pois muito já se fez para potencializa-las tanto em técnicas, quanto em normas legais.

O processamento da madeira no contexto Amazônico representa uma atividade de grande mobilidade que segue as dinâmicas da fronteira agrícola quando a madeira é proveniente dos desmatamentos para o desenvolvimento de agricultura e pecuária intensiva ou extensiva. Portanto, a atividade florestal, ou melhor, o Manejo Florestal (MF) é uma oportunidade promissora de mercado e também dentro do ponto de vista ambiental. O MF propicia a dinâmica e qualidade da floresta sendo operacionalizada dentro dos parâmetros técnicos e legais.

No caso a se discutir no presente trabalho se apresentará as discussões sobre o Manejo Florestal Comunitário (MFC) como uma oportunidade de desenvolvimento sustentável na comunidade rural denominada de Santa Rita de Cássia situada no Projeto de Assentamento Mojú I & II (PA Mojú I & II), localizada no município de Placas, no oeste do estado do Pará.

O objetivo geral desse trabalho é analisar o potencial do Manejo Florestal Comunitário Madeireiro na comunidade Santa Rita de Cássia no Projeto de

Assentamento Mojú/Placas/Projeto de Assentamento Sustentável. Os objetivos específicos são: 1) Descrever o Manejo Florestal Comunitário como um potencial produtivo para a comunidade de estudo no projeto assentamento convencional; 2) Apresentar o PA Moju/Placas/PA a partir da caracterização de área; e, 3) Identificar o potencial para atividade florestal para a comunidade Santa Rita de Cássia.

Em termos de procedimentos metodológicos este trabalho é bibliográfico, documental e descritivo. Foram utilizadas informações do Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) do PA Mojú I & II, documento esse que é a ferramenta norteadora para a obtenção do licenciamento ambiental da área e também estratégico para realização de qualquer atividade produtiva no PA, assim como parâmetro para qualquer diagnóstico. As visitas de campo, por fazer parte da Instituição de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM) foram realizadas a partir das atividades desenvolvidas por dentro desta instituição.

A relação com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) também foi essencial para o desenvolvimento deste trabalho, onde foi cedido um documento não oficial que, faltando apenas a validação da Superintendência Regional (SR 30). Vale ressaltar que este documento foi resultado de uma vistoria realizada na comunidade em meados de 2010, onde foram realizados levantamentos de lote a lote para um diagnóstico quanto à situação fundiária de forma qualitativa, dando subsídios para uma análise descritiva no trabalho em questão.

Esse trabalho será dividido em capítulos e seções temáticas relacionadas ao Manejo Florestal Comunitário com suas diretrizes legais e técnicas e ainda à área de estudo, mostrando a caracterização natural do assentamento como um todo, seguindo para uma análise de dados de área estimada da área de estudo quantificando assim a sua potencialidade para a atividade florestal madeireira aliada a situação fundiária dos assentados e assentadas residentes no local, segundo dados sistematizados pelo IPAM. No último capítulo onde se faz uma análise descritiva sobre a viabilidade se elaborar, implantar e executar o MFC.

Toda a discussão desenvolvida no presente trabalho é de fundamental importância como forma de disseminar a atividade do MFC em áreas de assentamentos da BR-163 e áreas de entorno, pois as variáveis não se diferem em grande escala. Acredita-se no potencial florístico e na demanda de mercado e,

portanto, tem-se a clareza que este trabalho é um estudo inicial desse potencial, mas que se espera abrir caminho para futuras discussões.

1 MANEJO FLORESTAL COMUNITÁRIO NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA AMAZÔNIA

O Manejo Florestal Comunitário e Familiar tem se expandido e fortalecido na Amazônia Brasileira e configurando-se como uma forte oportunidade para comunidades rurais com um propósito direto e indireto de proporcionar melhorias sociais, econômicas e ambientais, a partir de sua própria realidade e de suas próprias perspectivas.

Neste capítulo será descrito e contextualizado o Manejo Florestal mais como uma atividade Sustentável com atributos direcionados ao Manejo Florestal Comunitário (MFC) numa descrição histórica e evolutiva.

1.1 Manejo Florestal: um conceito, um projeto.

A história do manejo florestal está intimamente ligada ao processo histórico da silvicultura e do desenvolvimento formal da Ciência Florestal. Começou inicialmente na China há séculos, mas foi na Europa, mais especificamente na Alemanha, que os manejos florestais começaram com experimentos silviculturais desenvolvidos para determinar a produção máxima em que as florestas da região poderiam suportar em um regime de manejo, no século XIX, dando início aos primeiros cursos de ciências e engenharia florestal. Enquanto os europeus desenvolviam e estudavam a técnica, o Brasil permaneceu apático ao assunto por quase um século. Por aqui, as escolas pioneiras da área florestal só apareceram na década de 1960 (AMARAL *et al*, 2000; AMARAL *et al*, 2005).

Na Amazônia, as experiências silviculturais registradas mais antigas datam de 1958, na Estação Experimental de Curuá-Una, Santarém (Pará). Outros experimentos de manejo florestal foram feitos em áreas experimentais nas décadas de 1960-1970, liderados por organizações de pesquisa como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e o Instituto Nacional de Pesquisas Amazônicas (INPA). As técnicas para realizar a exploração madeireira com o menor impacto sobre a floresta, comumente denominadas de práticas de Exploração de Impacto Reduzido (EIR) continuaram a se desenvolver nas décadas de 1980-1990,

tonando-se o embrião para estudos e pesquisas hoje conceituados e renomados numa esfera global (AMARAL NETO *et al.*, 2011).

As causas para a exploração predatória são várias, dentre elas a falta de uma política florestal coerente para a região que incentive o manejo e realize um zoneamento florestal. O zoneamento é essencial, pois permitiria diferenciar as áreas com vocação florestal daquelas que deveriam ser mantidas fora do alcance da exploração madeireira. Um estudo de zoneamento florestal, realizado pelo IMAZON (Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia) como cita Amaral *et al* (2010), mostrou que em 19% do Estado do Pará não há recurso madeireiro; 32% são áreas mais apropriadas para a atividade madeireira; enquanto os 49% restantes deveriam ser protegidas da exploração.

As zonas proibidas incluiriam as áreas legalmente protegidas (terras indígenas e unidades de conservação 29%), bem como áreas não protegidas mas de alta prioridade para conservação (20%). Nessa perspectiva, a necessidade de elaboração do plano de manejo para ter acesso à área de reserva legal, o aumento da demanda por madeira em tora pelo setor empresarial e as novas iniciativas de fiscalização pelo governo, estão culminando no estabelecimento de acordos entre assentados e empresas para elaborar e executar planos de manejo florestal nas áreas de interesse e potenciais (AMARAL NETO *et al* 2011). Essa relação em torno da exploração de madeiras nativas é constante na Amazônia, em especial segundo Lentini (2005), o Pará possui a maior produção madeireira da Amazônia Legal.

Na Amazônia brasileira, as primeiras formalizações de planos de manejo são fortemente influenciadas pela implementação do Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil, que teve em um de seus componentes o Programa de Apoio ao Manejo Florestal na Amazônia (ProManejo). Influenciado por uma articulação interinstitucional que debatia o tema. ProManejo se constituiu no principal programa de fomento ao manejo florestal comunitário na Amazônia brasileira (AMARAL NETO *et al.*, 2011). Com a implementação do ProManejo, em 2006, haviam 1345 planos de manejo comunitário ou de pequena escala protocolados junto aos órgãos ambientais (AMARAL NETO *et al* 2011).

Em 2010, esse número diminuiu para 902 (PINTO *et al* 2010). Entre as razões para explicar a redução está o fato de que as linhas financiadas pelo ProManejo (assistência técnica, infraestrutura e fortalecimento das organizações detentoras de

planos de manejo) inexisterem na atualidade. A dinâmica de formalização de licenciamento de planos de manejo é acompanhada hoje, de um Programa Federal de apoio ao Manejo Florestal Comunitário e Familiar, este ainda não dá conta de atender a forte demanda das comunidades para implementar planos de manejo (AMARAL NETO *et al.*, 2011).

Os benefícios do manejo florestal sustentável são consolidados entre estudos e experiências bem sucedidas, como ressalta Araújo e Oliveira (1996) são:

- a) redução e controle das taxas de desmatamento;
- b) geração de postos de trabalho;
- c) redução das taxas de emigração rural;
- d) diversificação e elevação da renda no meio rural;
- e) alcance de mercados exigentes (referindo-se à aceitação de produtos florestais certificados com “selo verde”);
- f) manutenção dos serviços ambientais da floresta (equilíbrio climático e hídrico, conservação da biodiversidade e proteção ao solo); e
- g) legitimação da indústria de base florestal.

Em 2002, foi publicada a Instrução Normativa n. 04 do Ministério do Meio Ambiente (MMA), de 04 de março (IN 4/2002) que estabeleceu quatro categorias de Planos de Manejo Florestal Sustentável de Uso Múltiplo (PMFS): 1) PMFS em Escala Empresarial; 2) PMFS em Pequena Escala; 3) PMFS Comunitário; e, 4) PMFS em Florestas com Palmeiras, sendo definidos parâmetros técnicos para cada uma das categorias, de forma que originou entraves na regularização dos planos de manejo em áreas comunitárias (coletivas) ou em assentamentos (familiar ou individual), instrumento legal citado. Diante da falta de clareza e objetividade de tal normativa em que definia o manejo florestal de pequena escala pelo tamanho da propriedade (não superior a 500 ha) e o manejo florestal comunitário pela área da UPA (que não poderia ser maior que 500 ha) (COSTA; CRUZ, 2011).

Entretanto, o caminho para se chegar efetivamente ao licenciamento da atividade para os pequenos produtores rurais e populações tradicionais sempre foram cheio de obstáculos legais e técnicos, desafios que podem ser resumidos segundo Costa e Cruz (2011), como discutidos em vários momentos junto ao Grupo de Trabalho de Manejo Florestal Comunitário e Familiar - GT-MFCF:

- (i) Atender aos requisitos técnicos,

- (ii) Dificuldades dos órgãos ambientais em analisar e aprovar os planos de manejo com esse perfil,
- (iii) Ausência de investimentos para realizar as etapas obrigatórias do manejo florestal;
- (iv) Vencer as dificuldades organizativas,
- (v) Identificar mercado justo para os produtos,
- (vi) Organizar a produção e atender as exigências do mercado,
- (vii) Solucionar a situação fundiária.

A política florestal avançou nos últimos anos e conseqüentemente, os instrumentos técnicos, normativos de ordenamento do manejo florestal sustentável ganharam novas diretrizes, parâmetros e índices baseados em estudos técnico-científicos. Mas, esse avanço não foi acompanhado para o caso do licenciamento de atividades florestais executadas por pequenos produtores rurais, associações e cooperativas comunitárias, bem como pelas populações tradicionais.

Em 2006, o MMA publicou a Instrução Normativa n. 04 de 11 de dezembro de 2006 (IN 4/06), que estabeleceu procedimentos técnicos para a Autorização Prévia à Análise Técnica de Planos de Manejo Florestal – APAT. Essa instrução apresenta os formulários contendo os requisitos para a apresentação de documentos em atendimento à Instrução Normativa n. 093, de 03 de março de 2006 (IN 93/06) do Instituto Brasileiro de Recursos Naturais Renováveis e Meio Ambiente (IBAMA), que instruía a apresentação técnica de mapas e informações georreferenciadas do imóvel rural e áreas destinadas à planos de manejo. A IN 4/06 revogou a IN 4/02 que estabelecia diferentes categorias de planos de manejo florestal, entre elas o de pequena escala e o comunitário (AMARAL *et al* 2007).

No mesmo período o MMA promulgou a Instrução Normativa n.05 de 11 de dezembro de 2006 (IN 5/06) que estabeleceu os procedimentos técnicos para elaboração, apresentação, execução e avaliação técnica do PMFS na Amazônia Legal e definiu, quanto à intensidade de exploração florestal para produção de madeira, duas categorias de planos de manejo: Baixa intensidade (sem o uso de máquinas para o arraste de toras) e Pleno (com uso de máquinas para arraste de toras). Em 2009, foi publicada a Resolução Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) n. 406 de 02 de fevereiro de 2009 (Resolução CONAMA 406/09) que determina que todos os órgãos integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente

(SISNAMA) cumpram com os parâmetros técnicos para elaboração, apresentação, execução e avaliação técnica do PMFS de forma padronizada (LENTINI, 2009).

O Manejo Florestal Sustentável (MFS) consiste em uma atividade formulada por um conjunto de procedimentos técnicos, administrativos e gerenciais de produção madeira e não madeireira com o mínimo de danos possíveis à floresta, como descreve Amaral et al (2007), onde se garanta a qualidade e quantidade dos recursos naturais após a execução da atividade. Esses procedimentos incluem práticas como planejamento de estradas e ramais de arraste e técnicas de corte de árvores, no caso da exploração madeireira. Pode-se dizer então que o PMFS é considerado como uma técnica ou instrumento de organização de processos futuros que permite otimizar as ações destinadas a alcançar objetivos propostos para a área que contém orientações e informações relacionadas ao desenvolvimento das atividades e ações necessárias para se alcançar os objetivos, constituído em um documento norteador ao gestor da área nos seus trabalhos de administração e operação.

De forma complementar, o IBAMA expediu normas de execução que institui: (a) procedimentos técnicos para vistorias de PMFS, (b) diretrizes técnicas para elaboração de PMFS e Plano de Operação Anual (POA), e (c) Manual Simplificado para Análise de PMFS Madeireiro na Amazônia com finalidade de subsidiar a análise dos planos. Com a descentralização da gestão florestal para os órgãos estaduais de meio ambiente e a definição de competências, ocorrida no ano de 2006, com a edição da Lei de Gestão Florestas Públicas, Lei n. 11.2843, de 03 de março de 2006, o licenciamento do manejo florestal executado ficou atrelado às condicionantes, critérios e parâmetros técnicos, definidos pelos estados, o que gerou uma série de legislações específicas (AMARAL 2007).

Nesta seção foi apresentada uma descrição sobre Manejo Florestal e algumas categorias de manejo onde se buscou ressaltar, de forma geral, a legalidade e tecnicidade da atividade florestal, que sendo trabalhada dentro da legalidade e com normas técnicas adequadas é por si só a garantia de sustentabilidade. Na próxima seção se apresentará com mais detalhes a modalidade de manejo no qual o trabalho se propõe a analisar em termos de potencial para do setor madeireiro para área de estudo.

1.2 Manejo Florestal Madeireiro Comunitário.

O Manejo Florestal segundo Amaral *et al.* (2007) é um conjunto de procedimentos técnicos, de administração e de gerência para produzir madeira e produtos não-madeireiros com o mínimo de danos à floresta. Procedimentos esses que incluem práticas como planejamento de estradas e ramais de arraste e técnicas de corte de árvores, no caso da exploração madeireira. No Manejo Florestal Comunitário, as famílias envolvidas assumem o compromisso de cuidar da floresta, a fim de garantir a conservação do meio ambiente, saúde, educação e renda para todos.

Diz-se que esses benefícios são ecológicos, sociais, econômicos e legais (AMARAL 2007), e ainda é a única atividade caracterizada por envolver núcleos familiares representados por pessoa jurídica como sendo a única alternativa permitida pela legislação possibilitando o uso de 80% da área de reserva legal individual ou coletiva, conforme a categoria de cada assentamento. (AMARAL NETO *et al.*, 2011).

O marco legal para o Manejo Florestal Comunitário (MFC) foi à promulgação da Instrução Normativa IBAMA n. 04, de 28 de dezembro de 1998 (IN 4/98), sendo a primeira normativa que regulamentou a categoria de manejo florestal comunitário e as especificações técnicas para apresentação de Plano de Manejo Florestal Comunitário Simplificado (COSTA; CRUZ, 2011).

Baseado nesta normatização foi criado o Programa Federal de Manejo Florestal e Familiar foi debatido na Comissão Nacional das Florestas (CONAFLO) e Comissão de Gestão de Florestas Públicas (CGFLOP) com o propósito de constituir a formulação mais abrangente em termos de políticas públicas relacionadas ao tema demandado pela sociedade civil organizada na ocasião da Conferência Internacional de Manejo Florestal Comunitário, ocorrida em julho de 2007 em Rio Branco, Acre. Em junho de 2009 foi publicado o Decreto nº 6.874, que institui o Programa Federal de Manejo Florestal Comunitário e Familiar no âmbito do MMA e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) (INCRA, 2010).

Para Amaral Neto *et al.* (2011), as demandas amplamente discutidas pela articulação da sociedade civil via GT-MFCF reside uma ânsia de superar entraves relativos ao contexto, como temas que se ampliam da regularização fundiária, adequação de linhas de financiamento, assessoria técnica florestal, morosidade na

aprovação de planos de manejo à garantia de mercado para produtos florestais comunitários. As ações do Programa são definidas no Plano Anual de Manejo Florestal Comunitário e Familiar, indicando as atividades e prazos para implementação da Política Nacional de Manejo Florestal Comunitário e Familiar no ano em que vigorar. Tal Programa foi criado com intuito de promover a conservação e o uso sustentável da biodiversidade, garantir alternativas de geração de renda, mercados, instrumentos de comercialização e política de garantia de preços mínimos para as comunidades rurais.

Muitos questionamentos são feitos quanto a viabilidade do MFCF, especialmente quanto à questão econômica, visto que há um alto custo de investimento e custeio, desde a fase de concepção até a execução do projeto. As linhas de créditos hoje fornecidas para tal atividade na Amazônia, como por exemplo, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar Floresta (PRONAF-Floresta) muitas vezes não é suficiente para operacionalizar o MFC. Segundo a cartilha do Plano SAFRA 2012-2013 do MDA (2012) coloca que a margem financiável para o setor florestal seria no máximo de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) às associações e cooperativas legalmente constituídas tanto para investimento quanto para custeio via PRONAF-Floresta, enquanto que via o FNO Amazônia Sustentável Rural podendo chegar à R\$ 1.900.000,00 dependendo da receita operacional bruta anual prevista na estabilização do empreendimento, como cita Martins *et al* (2010). No entanto podendo ser obtidos em forma individual, porém dentro de uma estratégia coletiva associativista ou cooperativista.

Outra fonte de recursos para incentivar o MFC vem de projetos do governo e ONGs que visam fortalecer a cadeia produtiva florestal aliada ao desenvolvimento da comunidade local com conservação do meio ambiente e garantia de recursos naturais para gerações futuras, como o exemplo citado anteriormente, o ProManejo e outras iniciativas já realizadas sempre em parcerias. Existem também parcerias entre ONGs nacionais e internacionais de pesquisa, que têm gerado grande impacto nas políticas brasileiras florestais e de desenvolvimento voltadas para a região amazônica. Como exemplo, podem-se citar os trabalhos do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON) e do IPAM. Essas iniciativas dão suporte científico para a gestão e o manejo florestal sustentável.

É importante destacar que outra oportunidade de realização da atividade para as comunidades é a relação de parceria entre empresa-comunidade, como por exemplo, o acordo firmado entre uma empresa madeireira e pequenos proprietários situados ao longo da rodovia Santarém-Cuiabá (BR-163) mais especificamente no PA Mojú com objetivo de explorar a floresta de forma sustentável em terras de assentamento do INCRA (NEPSTAD *et al.*, 2005).

Feitosa (2012) ressalta que o MFC vem crescendo e ganhando volume a passos lentos no Estado do Pará, mas sem uma presença e mediação do Estado e de seus organismos nas relações estabelecidas para tal se pode enfrentar cada vez mais conflitos pela disputa dos recursos madeireiros. Para melhor afirmar tal citação, o autor realizou um levantamento quantitativo no Sistema de Comercialização e Transporte de Produtos Florestais do Pará (SISFLORA – PARÁ), integrado ao Cadastro de Consumidores de Produtos Florestais do Pará (CEPROF – PARÁ), onde se pode constatar que do total de 1.501 planos de manejo, classificados como extração, coleta ou extração e coleta no sistema, 1.441 foram classificados como manejo privado e 60 foram inseridos na categoria associação e cooperativa, o que representa 4% dos planos no Estado do Pará.

Ainda segundo esse estudo, dos 60 planos do MFC, 51,67% estão ativos, 3,33% foram reprovados e 45% estão suspensos. Feitosa (2012) então complementa que entre suspensos e reprovados se tem um total de 48% o que é um índice bastante alto; não há motivos consolidados e transparentes que levam a crer em um único motivo que levou e leva à esta situação, mas acredita-se que entre as razões está a relação não consolidada e nem fortalecida entre empresas e comunidades, onde muitas vezes os contratos não estão constituídos em um formato onde se consiga de fato garantir a direitos reais da comunidade e os deveres do setor privado. Essa relação em alguns casos (em sua grande maioria), não é reconhecida como integra perante alguns órgãos e instituições envolvidas nas temáticas e mesas de debates, já que os valores discutidos e pagos entre as partes não são coesos com o mercado madeireiro legal e ideal.

Um dado muito importante e preocupante no estudo de Feitosa (2012) foi que ao observar os planos nos assentamentos e a situação de funcionamento do empreendimento florestal comunitário, encontrou 54 planos, sendo que destes, 51,85% estão ativos, 3,70% foram reprovados e 44,44% estão suspensos. Para este

autor, tal fato trava a implantação e execução licita da atividade produtiva podendo ocasionar entre as consequências a ilegalidade da extração ou “falecimento” da atividade deixando de gerar rendas à comunidade local e logo a desmotivação para o envolvimento dos mesmos no MFCF.

O MFC é uma atividade promissora devido a intensa oferta de matéria prima e demanda de mercado, inclusive quando se fala em Amazônia, porém torna-se cada vez mais comum que essa discussão seja intensificada em áreas e assentamentos e unidades de conservações, e para poder fortalecer a atividade florestal madeireira de forma licita e exitosa às comunidades locais o manejo em questão vem se fortalecendo tanto em normativas, políticas públicas e debates afins, como mostra a próxima seção.

A próxima seção se busca fazer um exercício de reconhecer o MFC Madeireiro como uma atividade produtiva sustentável capaz de proporcionar qualidade de vida para quem dela se utilizar.

1.3 Manejo Florestal Comunitário Madeireiro: uma atividade produtiva sustentável.

A utilização dos recursos florestais pelas populações locais, concebida como silvicultura comunitária, emergiu quase que paralelamente a ideia de desenvolvimento sustentável, nos anos de 1970, em resposta ao fracasso das tentativas de gestão florestal com base em manejo praticado pelas indústrias, o qual excluía do processo uma parcela importante de atores envolvidos, as comunidades locais (IUCN/UNEP/WWF, 1980). Diante disso, surgem questionamentos críticos quanto aos objetivos e resultados das estratégias de desenvolvimento empregadas pelos projetos de silvicultura. Essas críticas foram reforçadas pela crescente preocupação de que a utilização dos recursos que mantinham as atividades de desenvolvimento rural não eram sustentáveis e não alcançariam resultados positivos em longo prazo, assim como não apresentavam perspectivas para as gerações futuras (ARNOLD, 1997).

Stone (1998) sugeriu que a crescente escassez de madeira pode servir de incentivo para a realização de investimentos no manejo florestal sustentável, pelo menos para as grandes madeireiras. Para as serrarias menores, é muito difícil que

isso aconteça. Segundo Scholz (2001) nas áreas de assentamento, as serrarias funcionam até que as reservas de madeira nas vizinhanças sejam esgotadas. Quando não há mais madeiras, os donos vendem suas máquinas e se dedicam novamente à agricultura. Contrariando assim o conceito social da sustentabilidade.

O desenvolvimento sustentável é definido segundo a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) (ROS-TONEN, 2007, p. 09) “como aquele que garante atender as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras atenderem também às suas”. Para Ros-Tonen (2007) essa definição comporta alguns elementos importantes como o fato de que, para gerar sustentabilidade, se precisa levar em consideração o combate a pobreza e novos processos de desenvolvimento a partir de um compromisso inter geracional global. A ideia de que o planeta dispõe de uma quantidade limitada de recursos e de uma capacidade limitada de dar condições à vida como se conhece é um fato que não deve ser negligenciado, como é decorrente o aumento de lista de extinção da fauna e flora.

Segundo Stone (1998), no caso da extração florestal madeireira quando a escassez da matéria prima se intensifica, as serrarias se veem obrigadas a escolher entre investir novamente em estoques de capital natural (uma opção para grandes serrarias e madeireiras), fechar (a melhor opção para as pequenas serrarias), ou se mudar para áreas mais remotas e recomeçar o ciclo novamente. Ao que parece isso ocorre devido a distância dos mercados, os custos de transporte, o preço líquido da madeira e a segurança sobre os títulos de propriedade afetarem a difusão e o desenvolvimento da indústria madeireira e a disposição de investir no manejo florestal sustentável e em tecnologias avançadas. Este processo é melhor ilustrado quando se observa a data em que a maior parte das serrarias foi estabelecida: em 1989, cerca da metade das serrarias investigadas tinham menos de cinco anos de existência (ROS-TONEN, 1993).

Estudos conduzidos por Ros-Stone (2007) revelam a economia do processo de relocação nas situações de crescente escassez de madeira. Ele usou uma versão adaptada do modelo de Von Thünen do século XVIII para analisar as dinâmicas da indústria madeireira numa fronteira que estava envelhecendo.

Neste capítulo foi feita uma descrição sobre a atividade florestal e suas diversas categorias, enfatizando o MFC que tem por base a sustentabilidade dos

recursos e, portanto com potencial de utilização no contexto amazônico. No capítulo seguinte se fará a apresentação do PA Mojú I & II, bem como uma breve caracterização da comunidade de estudo do assentamento denominada Santa Rita de Cássia para que seja possível verificar até que ponto a atividade florestal comunitária poderá ser uma potencial atividade sustentável para esta comunidade.

2 PROJETO DE ASSENTAMENTO MOJÚ I & II/PA

Este capítulo retrata a área de estudo do trabalho, a comunidade Santa Rita de Cássia, quanto a quantificação de áreas relativas para o MFC e ainda quanto sua situação fundiária, porém antecedendo essa descrição será apresentado o Projeto de Assentamento Mojú I & II, quanto à localização e meio natural, haja vista ser neste PA que a comunidade se encontra.

2.1 Caracterização do PA Mojú I & II

Em 1970 o total de pessoas morando no meio rural do município de Santarém era de 40.292. No período 1995/1996 haviam 38.359 pessoas ocupadas, havendo, portanto uma redução de 4,8% na força de trabalho. Contudo a partir de 2003, houve um aquecimento no setor agrícola do município e região, sendo que a nova contagem do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) identificou 69.491 pessoas na área rural do município entre homens, mulheres e jovens a partir dos 14 anos de idade (IBGE, 2012).

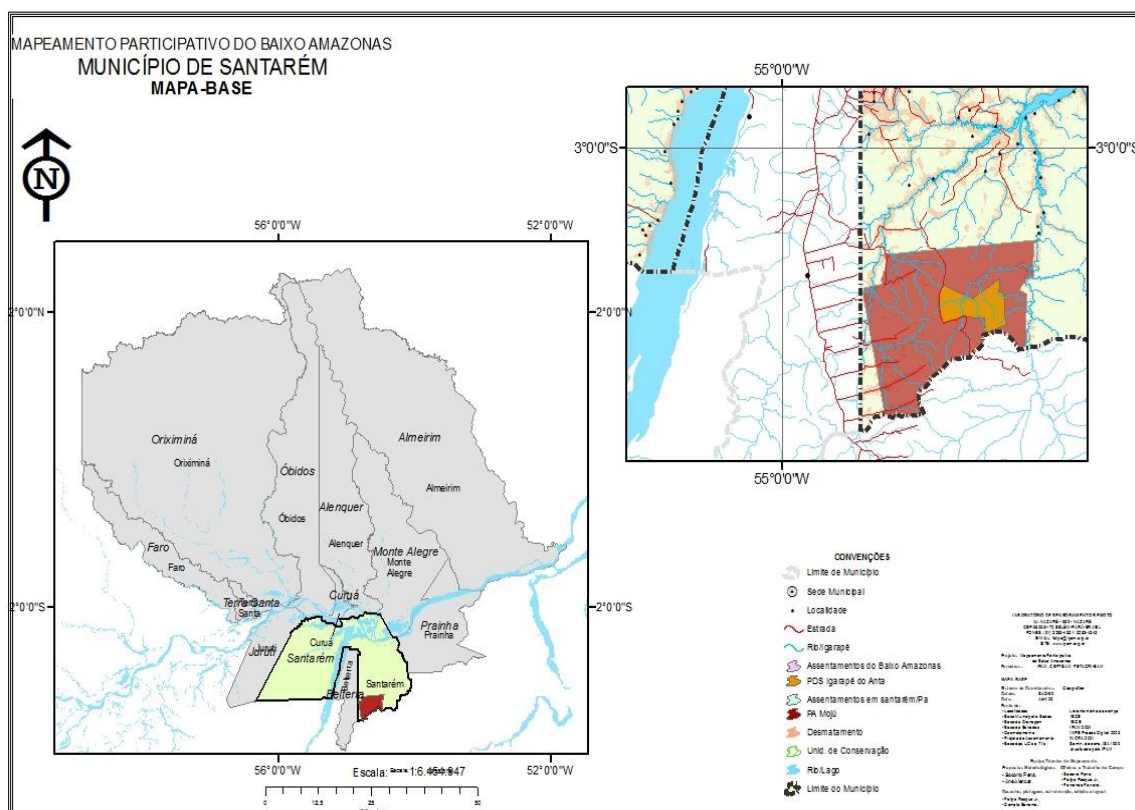
Atualmente e após a instalação em Santarém/PA de uma empresa multinacional de exportação de grãos a economia local e fluxo migratório da região aumentaram consideravelmente. Aumentando a migração de produtores rurais provenientes do estado do Mato Grosso e suas culturas e aquecendo o comércio direta e indiretamente. Assim o município passou a ser um polo exportador de cereais. Em decorrência desse e outros atrativos ocorrentes antecedentes de tal fato descrito acima, a rodovia federal BR-163 passou a ser ocupada e marcada historicamente por conflitos fundiários e agrários. (INCRA, 2010).

Nessa região, vários assentamentos foram criados e entre eles há o Projeto de Assentamento Moju I & II que surgiu da ocupação espontânea de aproximadamente 114 famílias trabalhadoras rurais por volta do ano de 1996 Contudo este assentamento ainda se encontra em processo de consolidação na busca incessante de seu licenciamento operacional sob o processo número 33322/2012, que até o prezado momento ainda não autorizado pelo órgão competente devido a pendências no Cadastro Ambiental Rural - CAR. O PA Moju I & II encontra-se na modalidade de assentamentos convencionais criado em 18 de

novembro de 1996, pela portaria n. 0087 a partir da desapropriação do decreto nº 68.443/71 de 29 de março de 1971. (INCRA, 2010).

Como descrito por INCRA (2010), encontra-se à 102 km da sede municipal de Santarém e a 1400 km de Belém/Capital. O PA Moju I e II pertence territorialmente aos municípios de Mojuí dos Campos e Placas, Estado do Pará, inseridos em uma das 22 microrregiões do Estado do Pará, denominada microrregião de Santarém, de acordo com os critérios do IBGE e apresentado no Mapa 01. O assentamento possui algumas peculiaridades e entre elas não se pode deixar de ressaltar a existência de outro assentamento, no caso o Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Igarapé do Anta.

MAPA 01: Localização do PA Mojú



FONTE: IPAM, 2012

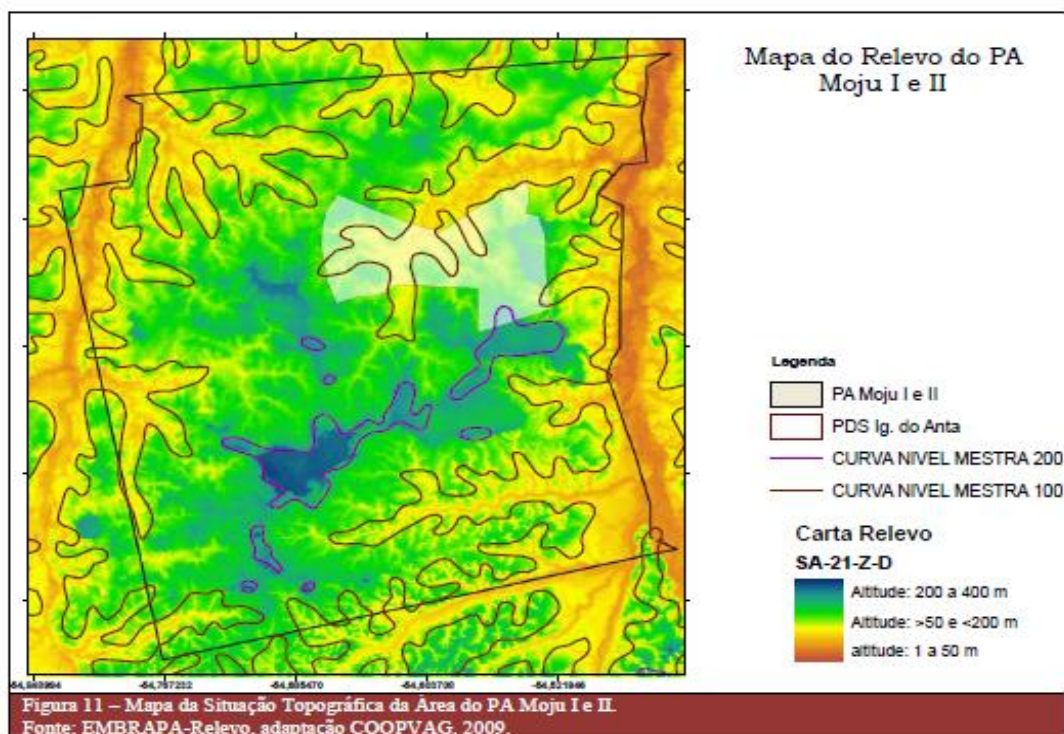
Possui uma extensão geográfica de aproximadamente 142.338,65 há, sendo registrada 152.686,05 há. Constituída com uma Reserva Legal (RL) de 124.057,39 ha divididas atualmente em 31 comunidades. Porém o código florestal de 2012 requer 113.695,07 ha, e de Áreas de Preservação Permanente (APPs) de 1.694,84 ha sendo exigida pelo código florestal de 2.255,97 ha.

A área de Reserva Legal averbada até o momento não encontra-se averbada. As famílias foram instaladas em seus respectivos lotes sem a locação das áreas de uso alternativo do solo e área de reserva, assim as áreas de RL e APP's são regidas pelo Código Florestal de 2012 (INCRA, 2010).

Em termos climáticos apresenta períodos no ano com baixo índice pluviométrico. A identificação do relevo foi realizada por meio de levantamento da altimetria com Sistema de Posicionamento Geográfico (GPS) por técnicos da Cooperativa de Profissionais Liberais do Vale do Araguaia (COOPVAG) Núcleo Operacional de Santarém e por dados vetoriais do ZEE da BR-163 adquiridos no site da Embrapa Amazônia Oriental e imagens de satélite adquiridas na Embrapa Monitoramento por Satélite Brasil em Relevo, carta AS-21-Z-D (INCRA, 2010).

Como mostra o Mapa 02, o relevo do o PA encontra-se formado sobre as bacias e coberturas sedimentares fanerozóicas nos Patamares do Tapajós, incluindo depósitos inconsolidados plio-pleistocênicos, compreendendo modelados de aplainamento e dissecados homogêneos e diferenciais, predominando formas tabulares (INCRA, 2010).

MAPA 02: Relevo

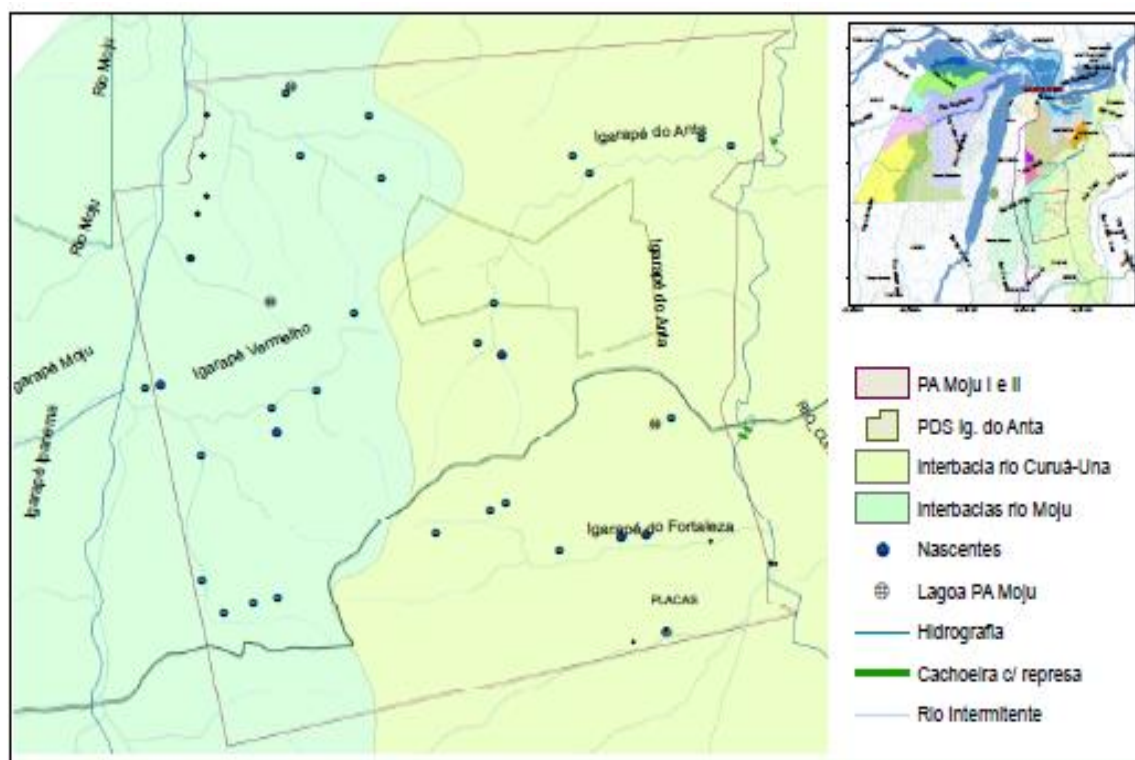


FONTE: INCRA, 2010

Os recursos hídricos do PA Moju I & II são provenientes da bacia hidrográfica do rio Curuá-Una e da Interbacia hidrográfica do rio Moju, porção oeste. O rio Curuá-Una percorre toda a porção leste do assentamento de norte a sul, conforme especifica o Mapa 03, sendo que maior afluente do rio Curuá-Una destaca-se a sua margem esquerda, o igarapé do Anta, abastecendo às suas margens as comunidades Aspaia, Actaia, Nova Jerusalém e Estrela da Bica. Seguindo ao sul destacam-se o Igarapé do Onça, Igarapé do Fortaleza e Igarapé do Inferno. (INCRA, 2010)

A região oeste do PA é banhada pela Interbacia hidrográfica do Rio Moju, destacando-se os afluentes dos Igarapés Ipanema, Vermelho e do Macaco, como mostra o Mapa 03. Em todo o PA estão identificados 33 corpos d'água (entre perenes e intermitentes) sem a presença de graves processos de assoreamento (INCRA, 2010).

MAPA 03: Recursos Hídricos

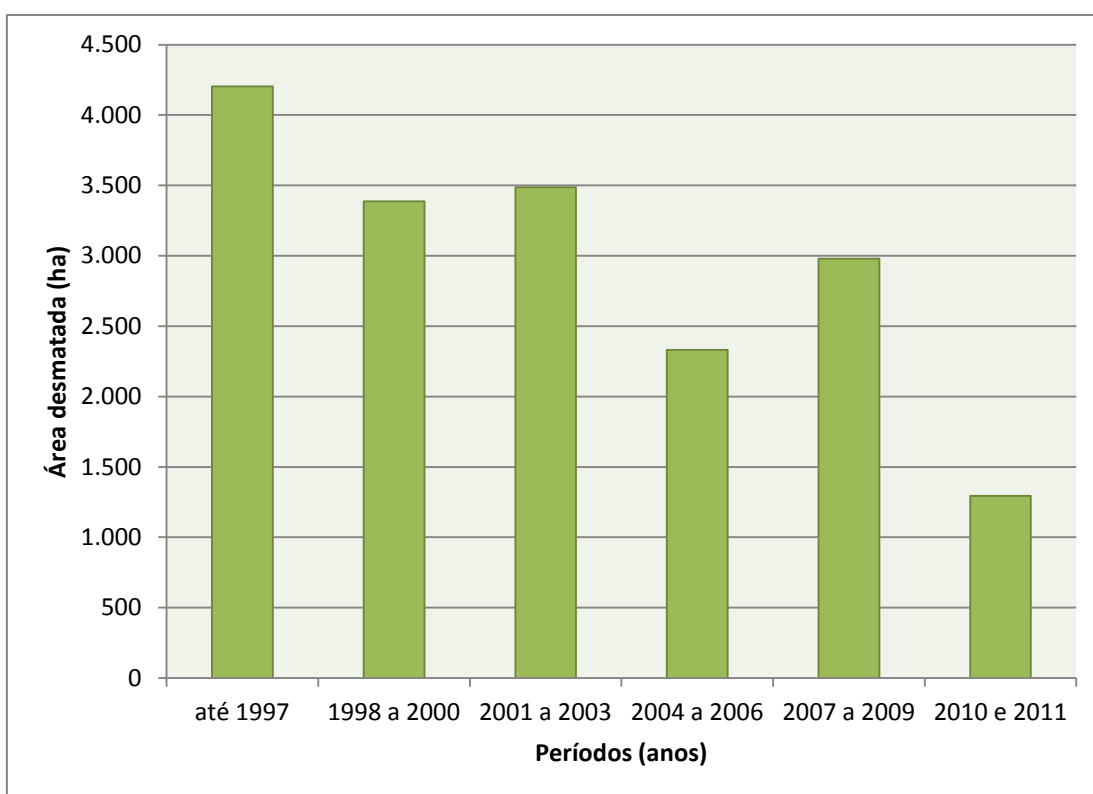


FONTE: INCRA, 2010.

Segundo estimativa levantada pelo IPAM (2012), através de dados do PRODES (INPE, 2008), até o ano de 1997 o território do assentamento encontravam-se desmatados uma área aproximadamente de 4.202,32 há, como mostra o Gráfico 1. Percebe-se um comportamento diferencial nos anos seguintes com tendência de queda na taxa de desflorestamento.

Até o ano de 2011 essa taxa foi menos que a metade observada nos anos anteriores, sendo contabilizada em 1,295,57 ha. Essa redução pode estar ligada a ausência do licenciamento de operação para o PA Mojú e é também observada maior intensidade de fiscalização das autoridades competentes, questões ligadas à liberação de financiamentos junto às instituições bancárias (pela necessidade de comprovação da adequação ambiental do lote) e principalmente pela dificuldade de acesso de alguns lotes e escoamento do produto (INCRA, 2010).

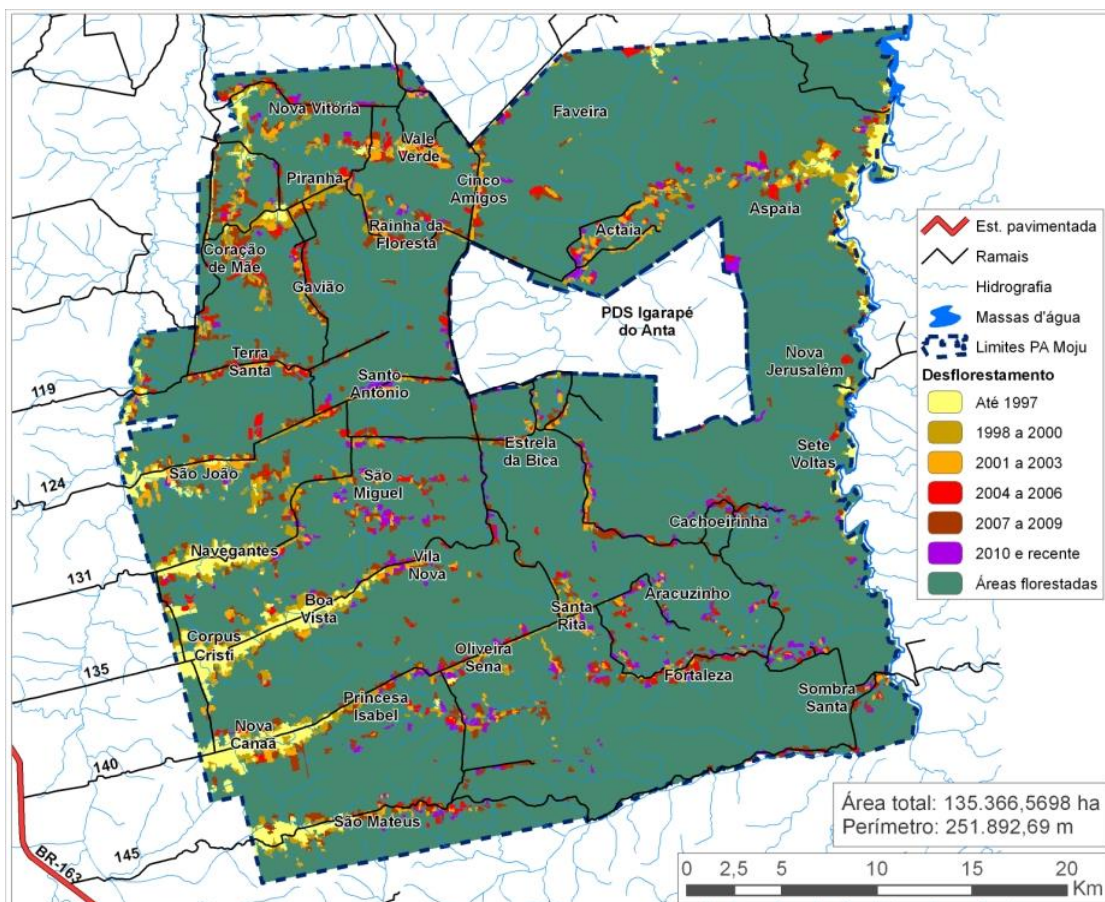
GRÁFICO 1: DESFLORESTAMENTO DO PA Mojú I & II (em Ha)



Fonte: PRODES, 2011; IPAM, 2012

Em visão geral para o contexto ambiental, baseada em análises e técnicas de geoprocessamento, pode-se indicar uma possível área favorável de extensão florestal ao longo do assentamento, sendo visualizada no Mapa 4 e que pode ser justificada pela queda de índice de desflorestamento como mostrado no gráfico anterior.

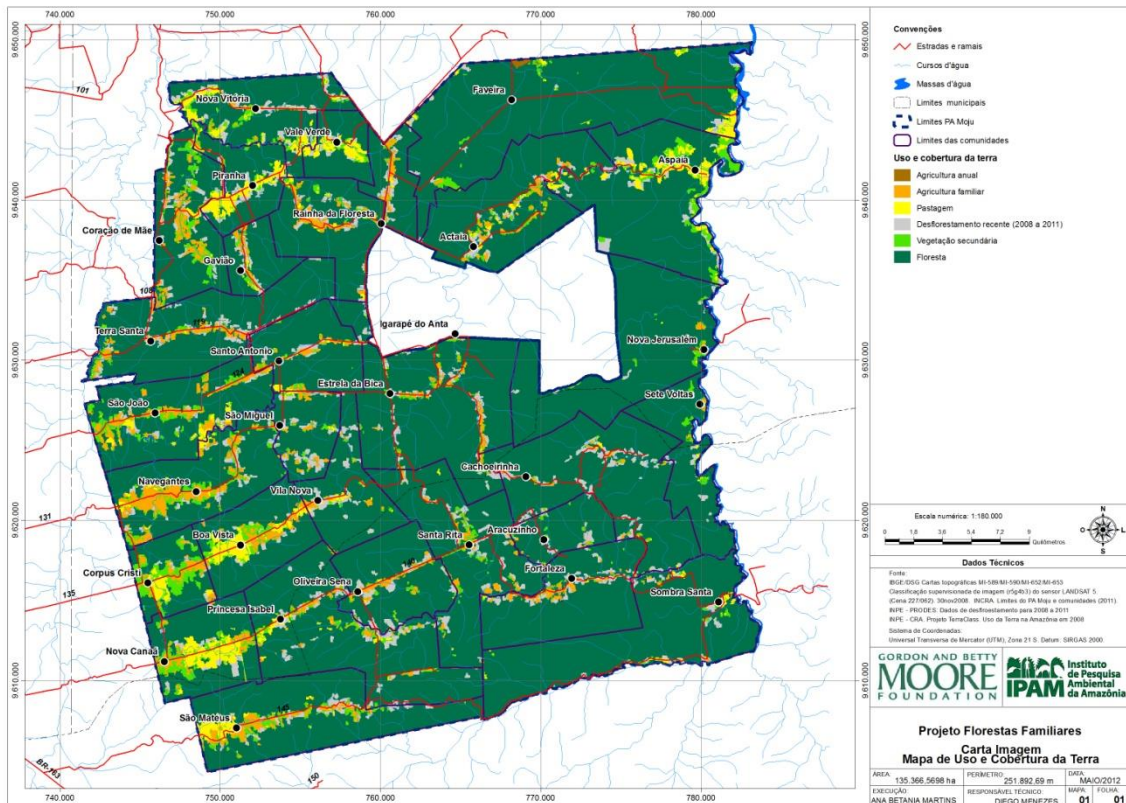
MAPA 4: ÁREAS FLORESTADAS E DESFLORESTADAS



FONTE: PRODES, 2011; IPAM, 2012

O Mapa 5 revela o forma de uso do solo do assentamento que coincide com os pontos de desflorestamento, como mostra o mapa anterior. Entre as atividades produtivas identificadas tem-se a agricultura perene e temporária, e a pecuária. Outro ponto que vale destacar neste mapa e não diferente do anterior, está nas áreas tanto de desflorestamento quanto em área produtivas situadas mais próximas de vias de acesso das comunidades

MAPA 5: USO DO SOLO



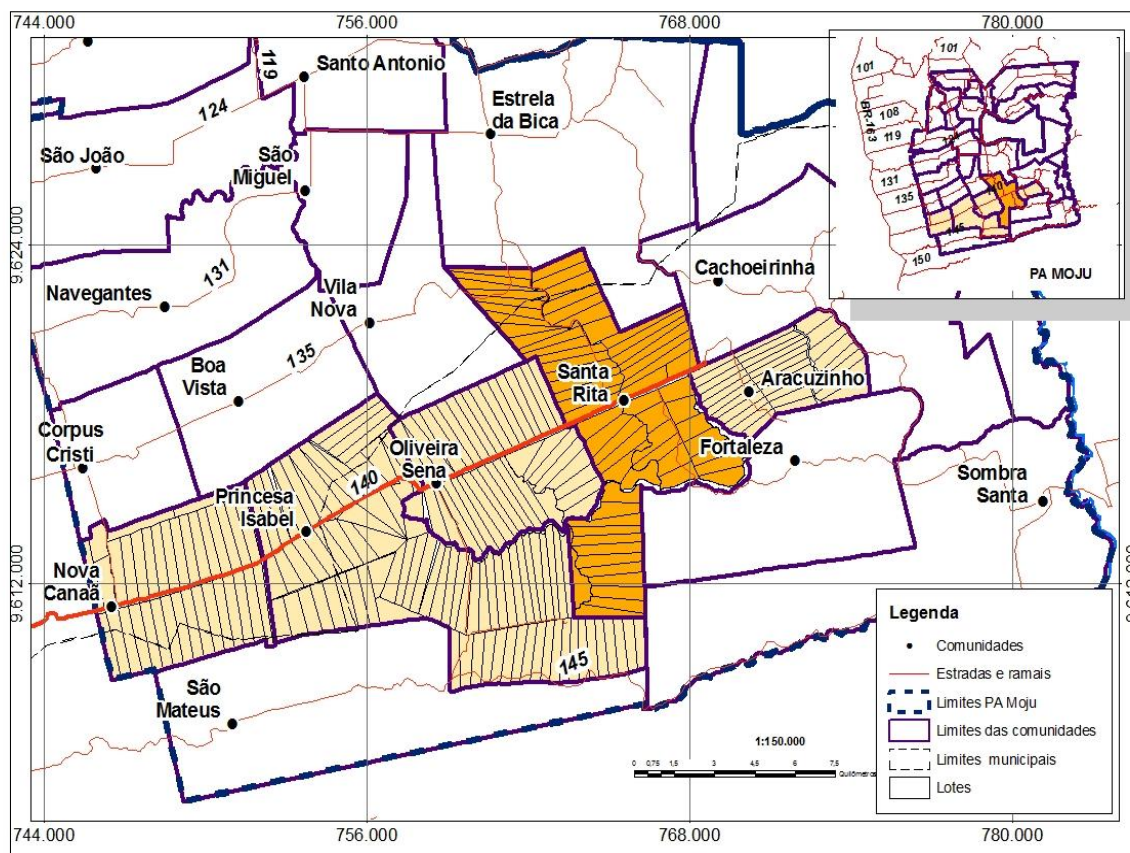
FONTE: PRODES, 2011; IPAM, 2012

Dentro do relatado e retratado nesta seção se percebe que o PA Moju I & II compreende uma extensa área, com particularidades e peculiaridades. Por isso, na seção seguinte, se apresentará uma caracterização da comunidade Santa Rita de Cássia que foi, dentre a área do PA a escolhida para objeto deste trabalho.

2.2 Caracterização da comunidade de estudo: Santa Rita de Cássia

A comunidade Santa Rita de Cássia situa-se no PA Mojú II dentro da extensão municipal de Placas. O acesso principal se dá pela vicinal com entrada localizada via rodovia BR-163 km 140 no sentido Santarém-Cuiabá numa distância de aproximadamente 175 km, como mostra o Mapa 06 (IPAM, 2012).

MAPA 06: ACESSO À ÁREA DE ESTUDO



FONTE: IPAM, 2012

A área em questão possui uma extensão de 4.141,68 ha distribuídos em 77 lotes à serem destinados para o Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) segundo o último levantamento e vistoria realizado pelo INCRA em 2010.

Desses 3.313,35 há são destinados à reserva legal respeitando o Código Florestal Brasileiro de 2012 normatiza (destinação de 80% da área total para Reserva Legal), área essa a atividade de manejo florestal madeireiro e/ou não madeireiro sustentável é licenciada pelos órgãos competentes (INCRA, 2010; IPAM 2012).

Conforme identificado através de visitas à comunidade, existe uma associação legalmente constituída e representativa dos comunitários denominada de Associação dos Produtores Rurais de Santa Rita de Cássia (APROSARC), onde se discutem as questões relacionadas à comunidade que venham a surgir para serem deliberadas sempre em assembleias e reuniões.

A partir da vistoria realizada pelo INCRA em 2010, foram sistematizados e analisados alguns parâmetros que serviram para análise de dados e subsídios deste trabalho, como:

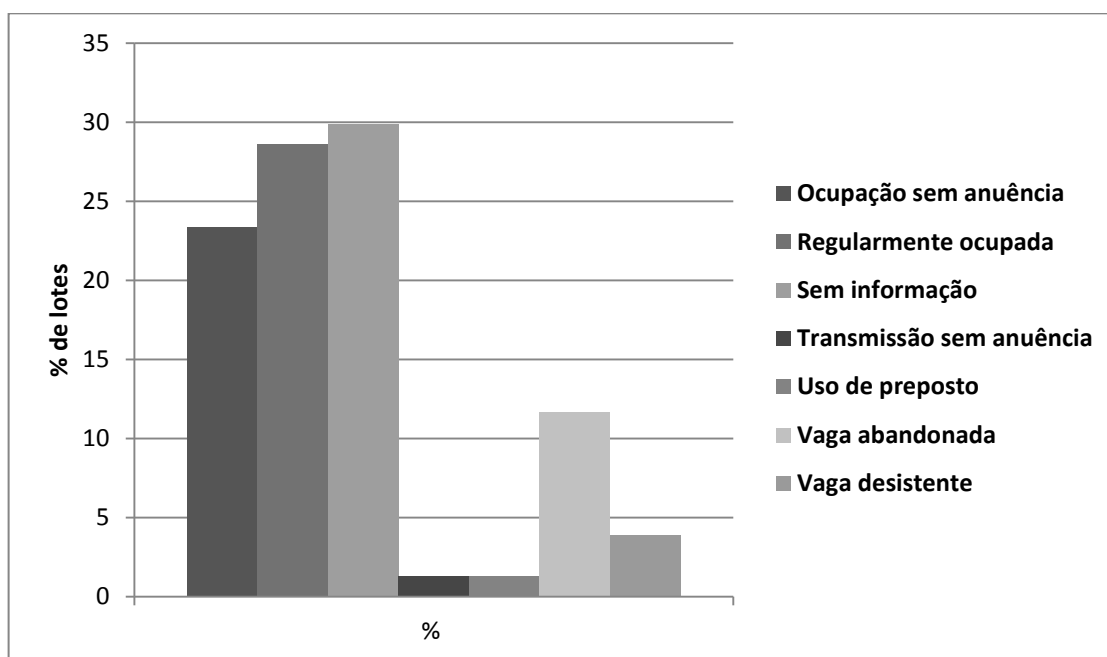
a) Quanto a situação fundiária da comunidade.

Percebe-se que a maioria dos lotes destinados ao PNRA encontrava-se ocupados, onde 57,1% possuem assentados com 44 lotes e apenas 36,7% não ocupados sendo 33 lotes. Porém vale ressaltar que foi observado que nesta tabela sistematizada pelo INCRA, mas revisada pelo IPAM (2012) há uma sobreposição de lotes e prováveis duplicações de assentados em uma mesma área.

Segundo a explicação dada pelo órgão em reuniões de discussões de estratégias de desenvolvimento do PA Mojú I & II, tal situação se dá em decorrência de que no ato da vistoria existiam outros beneficiados do lote enquanto que no cadastro da instituição ainda constavam os dados de beneficiários antigos que haviam abandonado ou vendido suas propriedades, e como a revisão até aquele momento ainda não havia sido realizada, tem-se essa vistoria como parâmetro de dados da comunidade, sabendo que o cadastro tem sofrido alteração e atualização em decorrência de ações desenvolvidas pelo IPAM na área. Outra situação bem comum não só na comunidade em questão, mas em todo assentamento é o êxodo rural, em decorrência do descaso e morosidade das políticas públicas voltadas para a classe.

Ainda realizando uma análise da comunidade observa-se no Gráfico 02 quanto ao detalhamento da situação fundiária, que 30% dos lotes não possuem informações quanto ao detalhamento e definição fundiária, 29% estão regularmente ocupados de acordo com os parâmetros do PNRA. e ocupada sem anuência do INCRA por diversos fatores se tem 23% dos lotes na comunidade. Entre esses diversos fatores, pode-se destacar o processo burocrático que embarga a consolidação da ocupação e a transmissão de propriedade como coloca a análise abaixo com 1% de transmissão sem anuência.

GRÁFICO 02: Situação fundiária



FONTE: INCRA/2011; IPAM/2012

Essa análise nos permite observar quanto à situação dos comunitários perante o Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária - SIPRA e prováveis beneficiários da área em questão, quanto a situação em estar ou não na Relação de Beneficiários (RB) do Projeto de Assentamento, ou seja, reconhecido como assentado do local com o perfil adequado para receber as benfeitorias e políticas públicas destinadas à classe, estabelecidos a partir de 2008 de acordo com os critérios estabelecidos na Lei nº 4.504/64 - Estatuto da Terra - e na Lei nº 8.629/93.

Na comunidade Santa Rita de Cássia tem-se segundo a vistoria do INCRA 41,6% em RB e 23,4% não se encontra com tal perfil até o momento da ação do órgão, e os restantes 35% sem informação. Esse reconhecimento como assentamento em RB os permite a realizar legalmente o MFC, desde que o assentamento encontre-se licenciado perante o órgão competente, no caso Secretária Estadual de Meio Ambiente do Pará (SEMA-PA).

Em relação ao recebimento de política pública de crédito, 43% da comunidade recebeu o crédito inicial e apoio, 21% não obteve esse crédito, podendo ser explicado por não se enquadrarem em RB, e ainda 36% consta sem informação.

Esse crédito inicial de apoio é destinado para fomentar infraestrutura básica como construção de casas e incentivo à produção agrícola inicial.

As análises realizadas, nos permite ressaltar que a comunidade encontra-se apta para implantação da atividade de MFC, visto que a maioria dos lotes encontra-se documentados junto ao INCRA e, portanto aptos para a ação. Porém vale ressaltar que para a realização legal do manejo existe outros documentos à serem exigidos pelas normatizações vigentes, como o Imposto sobre Território Rural (ITR) e ainda os documentos pessoais do assentado e da associação quanto a negatividade à algum órgão como Instituto Nacional de Serviço Social (INSS) e Receita Federal, e também sobre a existência ou não de pendências junto ao INCRA e SEMA-PA.

Nesta seção procurou-se apresentar a comunidade Santa Rita a partir de dados e estimativas de áreas potenciais para o MFC e ainda a situação fundiária da área em relação aos seus assentados e assentadas. No último capítulo deste trabalho será feita uma discussão sobre o potencial do MFC baseados nos dados aqui discriminados para a implantação da atividade florestal madeireira, na referida comunidade.

3 ANÁLISE DO POTENCIAL DO MANEJO FLORESTAL SUSTENTÁVEL COMUNITÁRIO

Nesse capítulo será feita analisada a viabilidade do MFC na área de estudo a partir dos dados analisados, tanto numa análise quantitativa de área e quanto à situação fundiária da comunidade Santa Rita de Cássia. Segundo os estudos realizados em 2008 pelo Projeto Floresta em Pé/IBAMA (FEP/IBAMA) e IEB o PA Moju I & II apresenta um potencial para exploração madeireira, onde mais de 80% do seu território é ocupado por vegetação de floresta segundo o ZEE/PA/2004.

A elaboração e implantação dos planos de manejo florestal é uma alternativa sustentável para o desenvolvimento das comunidades do PA, pois além de conservar os recursos naturais ao ser realizado de forma idônea e licita é executada com impacto ambiental reduzida. Neste sentido, a área estimada para o manejo florestal comunitário da comunidade de Santa Rita de Cássia é considerada viável, visto que o seu estoque florístico de mata secundária é intensa (INCRA, 2010), e ainda a acessibilidade para escoamento é boa, tanto no sentido Santarém quanto para o centro sul via BR 163 no sentido Cuiabá, favorecendo a entrega do produto.

Sabe-se que a atividade é de alto investimento e exige técnicos qualificados para a consistência do empreendimento. Porém, algumas parcerias podem ser realizadas para implantação do projeto, como com instituições governamentais com competência para o desenvolvimento do MFC, como o Serviço Florestal Brasileiro. Essa contribuição pode ser em forma de capacitação para empoderamento de todas as fases do PMFS por parte dos comunitários, pois assim as deliberações da comunidade podem ser tomadas de forma coesa e coerente com o processo, da melhor forma para o desenvolvimento da comunidade,

A maioria da comunidade Santa Rita de Cássia encontra-se apta para realização do manejo, pois encontra-se com anuência do INCRA e em RB, situação essa que possibilita para a implantação do MFC como ressalta a IN 4/2004 do MMA. Outro ponto importante é a existência de uma organização social e representativa da comunidade legalmente constituída, onde quase toda comunidade é associada à APROSARC (IPAM, 2012).

Ainda falando sobre os investimentos necessários para o setor florestal, Ros-Tonen (2007) ressalta que apesar do Brasil sempre ter enfatizado que o

desenvolvimento e a preservação de suas florestas são uma questão de soberania nacional, a nação aderiu à tendência de governança florestal global (o *International Forest Policy Dialogue*) e desenvolveu o seu Programa Nacional de Florestas. O objetivo deste programa seria promover o desenvolvimento sustentável das florestas e implementar os Princípios (não-obrigatórios) da Floresta na tentativa de fortalecer tal setor.

Para Ros-Tonen (2007) as grandes empresas e/ou especializadas, com capacidade para investir em tecnologia avançada e no manejo de plantações e florestas naturais e que, ao mesmo tempo, sejam capazes de satisfazer os padrões de qualidade dos consumidores europeus e americanos, poderão servir o mercado internacional de madeira certificada. Mas, sabe-se que, grande parte da oferta da matéria prima encontra-se em áreas públicas sejam em unidades de conservação ou em assentamentos. O autor acima citado continua sua observação reconhecendo que devido ao aumento da pressão dos consumidores por produtos ambientalmente e socialmente responsáveis, um número cada vez maior de grandes empresas vem buscando caminho para se beneficiar dos valores pagos para a madeira que vem de fontes manejadas de forma sustentável em áreas como de assentamentos.

Essa situação pode ser considerada estratégica para realização da atividade na comunidade. A relação com a empresa pode ser a estratégia para comunidade conseguir financiar a implantação do MFC. Porém, a relação empresa e comunidade deve ser construída baseada em alguns princípios, onde a APROSARC deve ser coerente, empoderada e responsável por todo processo da atividade florestal. Nesse sentido, a conscientização por parte da comunidade na questão de posse do empreendimento para si é de fundamental relevância para a realização da atividade.

O acordo entre o setor privado e a comunidade deve ser construído de forma clara e objetiva, os direitos e deveres devem ser claros e objetivos, onde os atributos sejam justos para ambas as partes. Porém, Ros-Tonen (2007) considera que tal atividade para pequenos e médios produtores, possui uma margem baixa de lucro devido a metodologia de trabalho está baseada em um operacional não adequado. Outro fator segundo este autor para a baixa margem de lucro é sua produção não atender a demanda de mercado internacional, em muitas situações.

O maior desafio está em encontrar meios para que a exploração florestal de base familiar e comunitária junto as operações de beneficiamento da matéria prima

in locu sejam mais sustentáveis. Isso poderia ser feito através de parcerias inovadoras do tipo empresa-comunidade para o manejo sustentável das áreas de reserva florestal que devem cobrir 80% das áreas das pequenas propriedades. E ainda qual o papel do Estado nesse processo para intervenções de modo que possam consolidar e qualificar essa relação. Novas pesquisas poderão esclarecer se tais parcerias se adequaram às estratégias de vida dos pequenos proprietários nas áreas de assentamento e às expectativas dos proprietários de serrarias e de áreas de florestas particulares.

Porém, não se pode deixar de ressaltar que a formação de parcerias entre instituições de governos ou não governamentais, formando uma espécie de fórum interinstitucional como o propósito de fortalecer ações e a comunidade entre si, é estratégia eficaz e coesa para implantação e execução da atividade, visto que todas as deliberações seriam tomadas pela comunidade já empoderada do processo, necessidade terceirizar determinada fase do Plano de Manejo, como vem se discutindo para a comunidade em questão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a realização de uma análise sobre o perfil da comunidade Santa Rita de Cássia pode-se apresentar algumas considerações:

- a) A comunidade possui uma área viável para realização da atividade florestal madeireira, levando-se em consideração a estimativa de quantificação da área;
- b) O potencial de áreas florestadas da área de estudo;
- c) Existe uma organização legalmente constituída que torna-se importante para execução do MFC, porém vale ressaltar que a mesma precisa encontrar-se fortalecida e empoderada sobre a temática produtiva em questão para que as deliberações sejam coesas para um bem comum;
- d) A maioria dos comunitários encontrar-se em RB, situação essa que permite ao assentado realizar o MFC e pleitear fomento federal;
- e) A localização da comunidade também é favorável para o escoamento do produto.

Pode-se dizer que a atividade propicia o fortalecimento da comunidade Santa Rita de Cássia, conseqüentemente da organização social, e esse fator é preponderante para o sucesso do empreendimento e assim também para busca de novas conquistas para os assentados e as assentadas. Embora a exploração dos recursos florestais madeireiros e não madeireiros possam representar uma renda complementar significativa para os agricultores, a viabilidade tanto econômica como ecológica depende de inúmeros fatores técnicos, ecológicos e políticos que precisam ainda ser considerados.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Paulo; AMARAL NETO, Manuel. **Manejo Florestal comunitário na Amazônia Brasileira: situação atual, desafios e perspectivas**. Brasília: Instituto Internacional de Educação do Brasil - IIEB, 2000.

AMARAL, Paulo; AMARAL NETO, Manuel. **Manejo florestal comunitário: processos e aprendizagens na Amazônia brasileira e na América Latina**. Belém, PA: IEB: IMAZON, 2005.

AMARAL NETO, Manuel; AMARAL, Paulo; CARNEIRO, Marcelo Sampaio; MIRANDA, Katiúscia Fernandes. **Análise de acordos entre empresas e comunidades para a exploração de madeira em assentamentos rurais na região da BR 163 e entorno, no Estado do Pará**. Belém, PA: Instituto Internacional de Educação do Brasil – IIEB, 2011.

AMARAL, Paulo; AMARAL NETO, Manuel; CARNEIRO, Marcelo Sampaio; MIRANDA, Katiúscia Fernandes. **Relações entre empresas, Governos e comunidades na Amazônia Brasileira: reflexões e propostas**. Belém, PA: Instituto Internacional de Educação do Brasil – IIEB, 2010.

AMARAL, Paulo; VERÍSSIMO, Tatiana; ARAÚJO, Claudionisio de Souza, SOUZA, Haroldo de, **Guia para o Manejo Florestal Comunitário**. Imazon, Belém-PA, 2008.

ARNOLD, L. 1992. **Community forestry: ten years in review**. Community Forestry Note 7. Roma: FAO.

MDA. **Cartilha do Plano SAFRA da Agricultura Familiar 2012-2013**. Brasília-DF. Junho, 2012.

FEITOSA, Tarcisio. **Planos de Manejo Florestal Comunitário organizados em associação e cooperativas no estado do Pará e registrados no SISFLORA**. Palestra apresentada na reunião do GT de MFCF. Belém-Pará. Abril, 2012.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades@**. [S.l.] Disponível em < <http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: agosto de 2012.

MMA. **Instrução Normativa 05/2006**. Brasília- DF, 2006

IPAM. Relatório de atividades do ano 2 do Projeto Florestas Familiares. Santarém, Pará: IPAM, 2012.

IUCN/UNEP/WWF. **World conservation strategy: living resource conservation for sustainable development.** Gland. 1980

Coopevag; INCRA. **Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) do PA Mojú I & II.** Santarém – PA, 2010..

LENTINI, Marco. **Fatos Florestais da Amazônia 2005.** Belém, IMAZON, 2005.

LIMA, E. et al. **Florestas familiares: um impacto sócio-ambiental entre a indústria madeireira e a agricultura familiar na Amazônia.** Belém, Instituto de Pesquisa Ambiental na Amazônia, 2003.

MARTINS, Deryck; Branco, Ranieri; Souza, Estela. **Plano SAFRA Florestal do Estado do Pará de 2010.** Instituto de Desenvolvimento Florestal do Pará e Fundação de Apoio, Pesquisa e Extensão em Ciências Agrárias. Belém – Pará, 2010.

NEPSTAD, Daniel. **Governing the Amazon timber industry for maximum social and environmental benefits.** *Forests, Trees and Livelihoods*, v. 15, p. 183-192, 2005..

ROS-TONEN, Mirjam. **Novas perspectivas para a gestão sustentável da floresta amazônica: explorando novos caminhos.** *Ambiente & Sociedade*. Campinas – SP. 2007..

ROS-TONEN, M. A. F. **Tropical hardwood from the Brazilian Amazon. A study of the timber industry in western Pará.** Saarbrücken/Fort Lauderdale, Verlag Breitenbach Publishers, 1993.

SCHOLZ, I. **Overexploitation or sustainable management? Action patterns of the tropical timber industry: the case of Pará (Brazil).** GDI Book Series. London, Frank Cass Publishers, 2001.

STONE, S. W. **Growth in the timber industry of the eastern Amazon: economic trends and implications for policy.** (PhD dissertation) – Ithaca NY, Cornell University, 1997.

